



Processo Seletivo para o Programa de Estágio da PRR/3ª Região – Direito -1º Semestre/2018
Prova A2

Parte I – Prova Objetiva

1. De acordo com a Constituição Federal, sobre os direitos e garantias fundamentais, assinale a alternativa CORRETA:

- a) É garantido o direito de propriedade, independentemente do atendimento de sua função social.
- b) É livre a manifestação do pensamento, inclusive se anônima.
- c) Não haverá pena de morte, salvo em caso de crime hediondo ou equiparado.
- d) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.

2. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende:

- a) Estados, Distrito Federal e Municípios.
- b) União, Estados e Municípios.
- c) União, Estados, Distrito Federal e Municípios, todos independentes.
- d) União, Estados, Distrito Federal e Municípios, todos autônomos.

3. Assinale a alternativa CORRETA. Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

- a) o voto indireto, aberto, restrito e sazonal.
- b) o presidencialismo.
- c) a forma federativa de Estado.
- d) o alistamento militar obrigatório.

4. A Constituição Federal reconhece aos índios os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens, prescrevendo ainda que:

- a) são disponíveis.
- b) são alienáveis.
- c) destinam-se à sua posse temporária.
- d) os direitos sobre elas são imprescritíveis.

5. “Os agentes públicos devem atuar de forma neutra, sendo proibida a atuação pautada pela promoção pessoal”.

De acordo com os princípios constitucionais que regem a Administração Pública, assinale a opção que apresenta o princípio constitucional a que se refere a conduta acima.

- a) Razoabilidade

- b) Impessoalidade
- c) Eficácia
- d) Transparência

6. Sobre os remédios constitucionais previstos pela Constituição, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Quando o cidadão deseja retificar dados ou assegurar acesso a informações constantes de bancos de dados de entidades públicas ou governamentais, o instrumento correto é o *habeas data*.
- b) Conceder-se-á *habeas corpus* sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
- c) Conceder-se-á mandado de injunção para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa para a retificação de dados
- d) Conceder-se-á mandado de segurança sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.

7. São órgãos da Justiça Federal os Tribunais Regionais Federais e os Juizes Federais. Compete aos Juizes Federais, dentre outras, processar e julgar:

- a) as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- b) os crimes militares definidos em lei.
- c) a execução, de ofício, das contribuições sociais previstas no art. 195, I, a, e II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir.
- d) a disputa sobre direitos indígenas.

8. A respeito do meio ambiente, nos termos da Constituição da República, é CORRETO dizer:

- a) Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso público e privado e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para a presente geração.
- b) Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.



c) As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, dispensados de reparar os danos causados.

d) A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são bens da União, sendo vedada em qualquer hipótese a sua utilização.

9. São órgãos do Poder Judiciário, exceto:

- a) Supremo Tribunal Federal.
- b) Tribunal Superior do Trabalho.
- c) Tribunais e Juízes Militares
- d) Tribunais de Contas.

10. De acordo com a Constituição Federal sobre os direitos e garantias fundamentais, assinale a alternativa CORRETA:

- a) são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.
- b) é plena a liberdade de associação para fins lícitos, incluída a de caráter paramilitar.
- c) não é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.
- d) é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, independentemente do atendimento das qualificações profissionais que a lei estabelecer.

11. Em relação ao TEMPO DO CRIME, é possível afirmar que o Código Penal Brasileiro:

- a) adotou a teoria do resultado, segundo a qual considera-se ocorrido o crime no momento do resultado.
- b) adotou a teoria mista ou ubiquidade, segundo a qual considera-se ocorrido o crime no momento da ação ou omissão e também o do resultado.
- c) adotou a teoria da atividade, segundo a qual considera-se ocorrido o crime no momento da ação ou da omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.
- d) não adotou nenhuma teoria específica e o tempo do crime é considerado de acordo com as circunstâncias concretas do caso sob análise.

12. São efeitos da reincidência:

- a) O perdão judicial.
- b) A revogação do livramento condicional, obrigatoriamente, em caso de condenação em crime doloso.
- c) A aplicação do sursis, em caso de condenação em crime doloso.
- d) O lançamento do nome do réu no rol dos culpados.

13. Acerca do CONFLITO APARENTE DE NORMAS assinale a alternativa INCORRETA:

- a) pelo princípio da especialidade, a norma geral afasta a aplicação da norma especial.
- b) pelo princípio da consunção, a norma consunta é absorvida pela norma consuntiva, porque a norma consunta ou é fase de passagem ou é meio necessário para o cometimento da norma consuntiva, que é a norma fim.
- c) com base no princípio subsidiariedade, aplica-se a norma subsidiária menos grave quando não for possível aplicar a norma principal mais grave.
- d) pelo princípio da especialidade, a norma especial afasta a aplicação da norma geral.

14. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) as penas restritivas de direitos substituem as privativas de liberdade mesmo que o réu seja reincidente em crime doloso.
- b) as penas restritivas de direitos substituem as privativas de liberdade não superiores a 4 anos, nos casos de crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa.
- c) as penas restritivas de direitos não são autônomas.
- d) a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado não são levados em consideração na substituição da pena privativa de liberdade pela pena restritiva de direitos.

15. Extingue-se a punibilidade:

- a) pelo perdão da vítima de crime com grave ameaça à pessoa.
- b) pelo perdão, ainda que não aceito pela vítima, nos crimes de ação privada.
- c) pela morte do agente.
- d) pela reparação do dano causado pelo crime.

16. A pena será atenuada quando:

- a) o agente for menor de 21 anos na data do fato.
- b) o agente for maior de 55 anos na data da condenação.
- c) ter o agente praticado o crime para ocultar outra conduta delitiva.
- d) ter sido o crime tentado.

17. Crime impossível é:

- a) aquele que não se consumou por circunstâncias alheias à vontade do agente.
- b) aquele não consumado por imperícia do agente.
- c) aquele cujo resultado não ocorreu por incompetência do agente.
- d) aquele que não pode ser consumado, dada a ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto.

18. Assinale a alternativa INCORRETA:



- a) Entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem.
- b) Ainda que o crime seja praticado em estado de necessidade, o agente responde pelo excesso doloso ou culposo.
- c) Há crime, ainda que o fato seja praticado no exercício regular do direito.
- d) Se o fato é cometido sob coação irresistível ou em estrita obediência a ordem, não manifestamente ilegal, de superior hierárquico, só é punível o autor da coação ou da ordem.

19. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) A ação de iniciativa privada é promovida mediante queixa do Ministério Público.
- b) A ação pública é promovida pelo ofendido, dependendo, quando a lei o exige, de representação do Ministério Público.
- c) A representação é retratável, mesmo depois de oferecida a denúncia.
- d) A ação de iniciativa privada pode intentar-se nos crimes de ação pública, se o Ministério Público não oferece denúncia no prazo legal.

20. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) quando o agente pratica o fato no estado de necessidade, responderá por crime culposo, se previsto em lei.
- b) quando o agente pratica o fato em legítima defesa, não responde pelo excesso, quer doloso quer culposo.
- c) a prática do fato em estrito cumprimento do dever legal exclui o crime.
- d) mesmo que praticado no exercício regular de direito, o fato poderá caracterizar crime.

21. Com base no Estatuto da Pessoa com Deficiência, é INCORRETO afirmar que: A deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, inclusive para:

- a) casar-se e constituir união estável.
- b) exercer o direito à família e à convivência familiar e comunitária.
- c) exercer o direito à guarda, à tutela, à curatela e à adoção, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.
- d) exercer direitos sexuais e reprodutivos, salvo decidir quanto ao número de filhos, questão essa a ser decidida por equipe multidisciplinar, melhor aparelhada para essa finalidade.

22. Reputa-se ato jurídico perfeito:

- a) o já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou.
- b) a decisão judicial de que não caiba recurso.
- c) aquele praticado no período da *vacatio legis*.

- d) aquele dependente de termo ou condição.

23. São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil:

- a) as pessoas acometidas de doença mental.
- b) os menores de 18 (dezoito) anos.
- c) os menores de 16 (dezesesseis) anos.
- d) os pródigos.

24. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação.
- b) A pessoa com deficiência está obrigada à fruição de benefícios decorrentes de ação afirmativa.
- c) A pessoa com deficiência será protegida de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, tortura, crueldade, opressão e tratamento desumano ou degradante.
- d) É dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, à alimentação, à habitação, à educação, à profissionalização, ao trabalho, à previdência social, à habilitação e à reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, à cultura, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à informação, à comunicação, aos avanços científicos e tecnológicos, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, entre outros decorrentes da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e das leis e de outras normas que garantam seu bem-estar pessoal, social e econômico.

25. Assinale a alternativa a INCORRETA:

- a) Ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que a desconhece.
- b) A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela compatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.
- c) As correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova.
- d) Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada.

26. Assinale a alternativa CORRETA. Segundo o art. 8º do Código de Processo Civil, ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando:

- a) a proporcionalidade, a razoabilidade, a legali-



dade, a publicidade e a eficiência.

b) a moralidade, a impessoalidade, a utilidade e a publicidade e a eficiência.

c) a proporcionalidade, a moralidade, a utilidade e a publicidade.

d) a igualdade, a legalidade, a impessoalidade, a publicidade e a eficiência.

27. A respeito da competência, o novo Código de Processo Civil dispõe que:

a) A incompetência absoluta pode ser alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição e deve ser declarada de ofício.

b) A incompetência relativa pode ser alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição.

c) O Ministério Público não pode alegar incompetência relativa nas causas em que atuar

d) A ação acessória poderá ser proposta em qualquer juízo.

28. Acerca da jurisdição e da ação, assinale a alternativa CORRETA:

a) carece de interesse o autor da ação que se limita a pleitear a declaração da autenticidade de documento.

b) é permitido pleitear direito alheio em nome próprio, independentemente de autorização normativa, desde que demonstrado interesse.

c) o interesse do autor pode limitar-se à declaração do modo de ser de uma relação jurídica.

d) havendo substituição processual, ao substituído não será admitido intervir como assistente litisconsorcial.

29. Em relação à capacidade processual, é CORRETO afirmar:

a) a incapacidade processual superveniente implica imediata extinção do processo.

b) o capaz será representado ou assistido por seus pais, tutor ou curador.

c) A curatela especial será exercida pelo Ministério Público.

d) A curatela especial será exercida pela Defensoria Pública.

30. Acerca das normas fundamentais do processo civil é CORRETO afirmar:

a) o processo começa por iniciativa do juiz e se desenvolve por impulso das partes, salvo as exceções previstas em lei.

b) somente o Poder Judiciário deve decidir toda e qualquer ameaça a lesão a direito.

c) a conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos não serão estimulados, tendo em vista que é o Poder Judiciário que deve decidir toda e qualquer demanda.

d) a conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial.

31. Sobre a Defesa dos Direitos Constitucionais do Cidadão, assinale a alternativa INCORRETA:

a) A defesa dos direitos constitucionais do cidadão visa à garantia do seu efetivo respeito pelos Poderes Públicos e pelos prestadores de serviços de relevância pública.

b) O Procurador dos Direitos do Cidadão agirá de ofício ou mediante representação, notificando a autoridade questionada para que preste informação, no prazo que assinar. Recebidas ou não as informações e instruído o caso, se o Procurador dos Direitos do Cidadão concluir que direitos constitucionais foram ou estão sendo desrespeitados, deverá notificar o responsável para que tome as providências necessárias a prevenir a repetição ou que determine a cessação do desrespeito verificado.

c) Não atendida a notificação para que sejam adotadas as providências para prevenir a repetição ou cessar o desrespeito aos direitos constitucionais violados, no prazo devido, a Procuradoria dos Direitos do Cidadão representará ao poder ou autoridade competente para promover a responsabilidade pela ação ou omissão inconstitucionais.

d) Dada a sua natureza, permite-se aos órgãos de defesa dos direitos constitucionais do cidadão promover em juízo a defesa de direitos individuais lesados.

32. Não está incluída dentre as funções institucionais do Ministério Público da União:

a) defender a ordem jurídica, o regime democrático, os interesses sociais e os interesses individuais indisponíveis.

b) defender bens e interesses de empresas públicas.

c) exercer o controle externo da atividade policial.

d) defender o meio ambiente.

33. São garantias dos membros do Ministério Público da União:

a) vitaliciedade, após 2 anos de efetivo exercício, e inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público e mediante decisão do Conselho Superior por voto de dois terços de seus membros.

b) vitaliciedade, após 3 anos de efetivo exercício.

c) inamovibilidade, sem exceções.

d) vitaliciedade, após 2 anos de efetivo exercício, e inamovibilidade, salvo por motivo de interesse



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 3ª REGIÃO**



público e mediante decisão do Conselho Superior por voto de metade de seus membros.

34. O Ministério Público da União:

a) é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis.

b) é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos in-

teresses sociais e dos interesses individuais disponíveis.

c) é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa jurídica das pessoas hipossuficientes, que não possuem condições financeiras para arcar com custas judiciais e honorários advocatícios de advogados particulares.

d) é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa jurídica das pessoas jurídicas internas e dos órgãos da Administração Pública.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 3ª REGIÃO



	A	B	C	D	E			A	B	C	D	E	
01						D	19						D
02						D	20						C
03						C	21						D
04						D	22						A
05						B	23						C
06						A	24						B
07						D	25						B
08						B	26						A
09						D	27						A
10						A	28						C
11						C	29						D
12						B	30						D
13						A	31						D
14						B	32						B
15						C	33						A
16						A	34						A
17						D	35						
18						C							